

# ***Democratization as a process of distribution, movement and balance of power in Norbert Elias***

## **Sumário**

*Introdução; Maiores oportunidades de obtenção de poder, progresso político e processo civilizacional em Norbert Elias?; As repulsas, os conflitos e as tensões presentes nos processos de deslocamento do poder; Padrão de personalidade e refutação de processos de democratização; Considerações finais.*

## **Resumo**

*A finalidade deste estudo é mapear, no interior dos livros O processo civilizador, A sociedade da corte e Os alemães, os aspectos centrais das reflexões propostas por Norbert Elias sobre os longos embates, ocorridos durante vários séculos, que visavam impulsionar, impedir ou estancar a distribuição de poder que é considerada, por ele, como o núcleo dos processos civilizacionais. O fundamento de todas as mudanças ocorridas, no que tange à geração de novas oportunidades de poder para aqueles grupos, até então, alijados de recursos de mando e de decisão, tem de ser buscado nos jogos configuracionais plenos de tensões multipolares que vão se formando em razão dos deslocamentos constantes de poder que impulsionam novas demandas, novos conflitos e novos enfrentamentos. O modo como cada sociedade reage a essas tensões está na base da (im)possibilidade de construção tanto de procedimentos quanto de personalidades cada vez mais democráticas.*

**Palavras-chaves:** *Distribuição e equilíbrio de poder, democratização, tensões multipolarizadas.*

## **Abstract**

*The purpose of this study is to map within the following books O processo Civilizador, A sociedade da corte and Os alemães, the central aspects of the reflections proposed by Norbert Elias on the long clashes that occurred over several centuries, which sought to promote, prevent or stop the distribution of power that is considered by him as the core of the civilizational processes. The foundation of all changes in respect to the generation of new opportunities of power to those groups until then deprived from resources of command and decision, must be sought in configurational games full of multipolar tensions that are formed as a result of constant shifts of power, driving new demands, new conflicts and new confrontations. The way each society responds to these tensions is in the basis of the (im)possibility of construction of both procedures and personalities increasingly democratic.*

**Key Words:** *Distribution and balance of power, democratization, multipolarized tensions.*

**Artículo:** *Recibido em Noviembre 13 de 2011 y aprobado en Marzo 10 de 2012.*

**Maria José de Rezende.** *Doutora em Sociologia - Universidade de São Paulo. Docente - investigadora - Universidade Estadual de Londrina (Brasil).*

**Correio eletrônico:** *mjderezende@gmail.com*

# A democratização como um processo de distribuição, deslocamento e equilíbrio de poder em Norbert Elias

Maria José de Rezende

## Introdução

No conjunto da obra de Norberto Elias (1897-1990) há muitas pistas para compreender o caminho que ele percorreu para pensar as relações de poder (incluindo-se nelas equilíbrios, chances, dominação, coação, hierarquias, deslocamentos e tensões). Selecionar alguns livros, e não outros, para refletir sobre o processo de distribuição, deslocamento e equilíbrio de poder não é uma tarefa fácil. Para usar uma expressão do próprio Elias (1998), é como pescar num turbilhão. A amplitude de seus escritos sobre os processos de distribuição de poder exige que se faça uma circunscrição de alguns materiais somente. Num outro trabalho foram mapeadas as suas discussões sobre a democracia tanto em *A sociedade dos indivíduos* (1994), *Envolvimento e alienação* (1998), *Norbert Elias por ele mesmo* (2001), *Introdução à sociologia* (1999) quanto em diversos outros textos reunidos na coletânea *Escritos e ensaios* (2006). No âmbito deste artigo foram selecionados três textos-chaves (*O processo civilizador*, *A sociedade da corte* e *Os alemães*) que elucidam como a sua abordagem de longa duração favorece a compreensão processual do processo de distribuição de poder. A opção por privilegiar essas e não outras obras deve-se ao fato de que é possível encontrar nelas um conjunto de reflexão que se complementa na elucidação de um longo processo de embates que visam impulsionar e/ou impedir os deslocamentos e os equilíbrios de poder.

Na obra *Os Alemães*, Norbert Elias (1997: 156) frisa que conceitua como democratização “a constante mudança na distribuição de poder” que atinge a sociedade como um todo e redefine os jogos configuracionais reveladores das coerções e das tensões multipolarizadas e indicadoras das chances e dos bloqueios de distribuição do poder. Assim, “os processos de democratização, moralização<sup>1</sup> e nacionalização de sentimentos, consciência e ideais em ação [são] elementos integrantes de uma transformação global da sociedade” (Elias, 1997: 156).

Pode-se dizer, então, que os escritos de Norbert Elias (1994; 1998; 2001; 2006; 2006<sup>a</sup>; 2006<sup>b</sup>; 2006<sup>c</sup>) chamam a atenção pela vasta discussão empreendida acerca das (im)possibilidades de distribuição do poder, das chances de poder que as diversas camadas possuem, dos deslocamentos dos equilíbrios de poder, dos jogos de poder e suas tensões multipolarizadas, das diferenças entre as hierarquias de poder e as hierarquias de níveis sociais, das coerções diferentes que pesam sobre as diversas camadas e dos equilíbrios de tensões entre os setores dirigentes. Tais processos podem ser detectados em análises históricas de média e longa duração.

Através de estudos das diversas configurações, tais como: famílias, escolas, estados, partidos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil,

1 Elias afirma que as nações só podem ser democráticas se houver um nós-ideal, ou seja, um sentimento de pertencimento a uma coletividade. Somente quando esses sentimentos envolvem a todos é que se podem universalizar princípios de justiça, de direitos e de observância da lei. Em toda sociedade democrática há coibições e regras que pautam a vida de todos. A observância universal da lei, das regras, das normas e das restrições garante esse processo de moralização democrática.

organizações políticas de diversas naturezas etc., ele considerava possível compreender a capacidade ou não de tais figurações impulsionarem processos de desconcentração do poder. A construção de canais de participação política e a expansão da comunicação entre os que detêm e os que não detêm poder de mando e de decisão encontram-se no centro das discussões de Norbert Elias sobre o processo civilizador que tem na sua base o “deslocamento progressivo dos equilíbrios de poder” (Elias, 2006: 22).

Se, por um lado, os investimentos para distribuição do poder formam aquilo que ele denomina processo civilizacional, por outro, persistem, de modo contínuo e ininterrupto, os contraprocessos civilizacionais, os quais se resumem em investidas no sentido de evitar novos equilíbrios na distribuição de poder. Não há também como pressupor que esta última ocorre de forma homogênea em todos os âmbitos da vida social. Pode haver avanços no âmbito da família, da sexualidade e não haver qualquer avanço na esfera política e na econômica. Pode ocorrer também o inverso. Há, então, para ele, um entrelaçamento de impulsos e contraimpulsos planejados e não-planejados que têm de ser estudados para se obter algum conhecimento sobre como estão se processando ou não a desconcentração do poder numa dada sociedade.

As análises das ações do Estado na promoção, ou não, do bem-estar coletivo, das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais, das organizações partidárias, sindicais e associativas de maneira geral, têm o objetivo, segundo Elias, de verificar até que ponto está, ou não, havendo a ampliação dos canais de participação que visam distribuir recursos e poder intragrupos e intergrupos e dos canais de comunicação entre os que possuem poder de decisão e os que não o possuem. Ele observava que os estudos de longa duração demonstravam o quão difícil era processar qualquer forma de distribuição de poder até dentro de um mesmo grupo social. Ao longo da história da humanidade, os agentes sociais (indivíduos, grupos, estados) se batem intensamente tanto para organizar forças favoráveis como contrárias à distribuição de poder, a qual se inscreve numa constante tensão “entre os condicionamentos da ordem e a possibilidade de sua transformação” (Fanfani, 2009: 15).

As dificuldades de distribuição de poder assentam-se, inteiramente, nas relações de interdependência não-planejadas e não-intencionais que formam a vida social. “O sujeito (...) existe somente como parte de uma coletividade, de um grupo ou de uma rede de relações e intercâmbios” (Fanfani, 2009: 16). Por isso, as discussões de Elias estão centradas nos processos de interdependência figuracional<sup>2</sup> assentados em entrelaçamentos que vão possibilitando, ou não, novos equilíbrios de poder.

O que existe são inter-relações entre indivíduos, e estas estão organizadas ao redor de uma dinâmica de poder. No coração do cambio das figurações está o que [Elias] denomina o flutuante e tenso equilíbrio do balanço de poder. A sociedade é este conjunto de relações funcionais e de interdependência que liga uns seres humanos com outros. O poder para Elias não é uma substância que alguns possuem e outros não. (...). Elias sustenta que o que existe, de fato, é uma relação ou um equilíbrio de poder como algo característico de uma relação social qualquer. O que muda através da história é o equilíbrio de poder entre as partes que intervêm na relação (proprietário/não proprietário; homens/mulheres; crianças/adultos; império/colônia; governo/oposição etc.). Por outro lado, estes equilíbrios de poder mudam, mas não em um sentido irreversível (Fanfani, 2009: 17).

Pode-se dizer que as reflexões de Elias contêm um diálogo crítico com as noções de democracia que se pautam no entendimento de que, uma vez desencadeadas as conquistas democráticas, há irreversibilidade dos avanços que dizem respeito à ampliação de direitos e conquistas cuja tendência é equilibrar melhor as diversas forças sociais. Percebe-se, em seus escritos, refutação das perspectivas que tomam a democracia como essencialmente diretiva. Há, neste caso, a ilusão de que os processamentos históricos caminham linearmente. Emerge daí a dificuldade de pensar os jogos de forças e seus processamentos reversíveis. Se há sempre um campo gravitacional de forças que ora empurra ora detém a possibilidade de uma melhor

<sup>2</sup>As figurações sociais não podem existir senão a partir das relações de interdependência. São estas últimas que dão vida àquelas primeiras.



distribuição de poder, é óbvio que os processos e os contraprocessos democratizantes correm de modo simultâneo.

O problema sociológico que orienta, então, esse artigo é o seguinte: De que maneira os escritos de Norbert Elias desatam inúmeros nós dos processos de democratização, ao realizarem uma discussão sobre distribuição, equilíbrio e chances de poder? Ao ganharem supremacia em sua obra, de que modo as noções de distribuição e equilíbrio de poder esclarecem o processamento dos novos equilíbrios de poder? E como eles são “sintomáticos da transformação global da sociedade”? (Elias, 1999: 70)

Sustenta-se, então, que há uma contribuição relevante de Elias ao situar a questão da democratização essencialmente nos processos de inclinação do poder “a favor daqueles [estratos] que anteriormente” (Elias, 1999: 68) eram destituídos de qualquer força política. A relevância dessa contribuição se inscreve em sua perspectiva teórico-metodológica que rechaça a fixação de pares conceituais para operar de modo estanque com eles (nos moldes postos por Talcott Parsons)<sup>3</sup>, tais como os conceitos de democracia contrapostos aos de autoritarismos. Ao trabalhar com as correlações de forças, com os jogos configuracionais e com as relações de interdependência ele procurava evidenciar que, se as relações de poder forem pensadas de modo processual, não há possibilidade de identificar padrões democráticos irreversíveis. O processo civilizacional significa um maior equilíbrio de poder, porém, este último é sempre provisório em razão das tensões, dos conflitos, das coerções, das hierarquias e do modo como ocorrem os deslocamentos multipolarizados de poder.

### **Maiores oportunidades de obtenção de poder, progresso político e processo civilizacional em Norbert Elias?**

Na obra *O processo civilizador* (1994), Norbert Elias mostra, detalhadamente, como ocorreram transformações, ao longo de cinco séculos (do XIII ao XIX), nas relações de poder entre as camadas preponderantes. Tais modificações vão

surtindo efeitos dos mais diversos matizes entre as camadas superiores<sup>4</sup> e entre aqueles segmentos que são inteiramente atingidos pelas decisões, tensões e coações que derivam desse processo de deslocamento dos equilíbrios de poder. Mesmo sendo o poder uma questão nuclear das reflexões de Elias, observa-se que nos dois volumes de sua obra mais importante (1994), publicada pela primeira vez em 1939, o uso da palavra democracia é bastante comedido.

Há sim, no volume dois de *O processo civilizador*, o emprego da noção de democratização quando ele está discutindo a “gradual ascendência dos estratos econômicos, comerciais e industriais burgueses” (Elias, 1994: 252) nas disputas por melhores “posições de poder no Estado” (Elias, 1994: 252). Seu objetivo era demonstrar que as lutas por novos equilíbrios de poder entre os segmentos dominantes eram ferozes, uma vez que elas implicavam deslocamentos de posições de poder e de focos de tensões que se traduziram, ao longo de um processo histórico de longa duração, em progressos políticos que podem, ou não, levar a uma “crescente democratização funcional”<sup>5</sup> (Elias, 1994: 253). No livro *Os alemães*, ele faz a seguinte afirmação: “A necessidade de partidos de massa como organizações de ligação, servindo de ponte entre governantes e governados, não existia em Estados territoriais em séculos passados, e é sintomática do caráter coercitivo do processo que chamei ‘democratização funcional’” (Elias, 1997: 406).

Nota-se que em Elias não há como discutir os (des)equilíbrios e deslocamentos de poder sem refletir demoradamente sobre como esses processos ocorrem nas diversas camadas sociais. Nas obras *O processo civilizador*, *A sociedade da corte* e *Os Alemães*, o autor destacou que os deslocamentos de poder, visíveis nos séculos XVIII, XIX e XX, entre os segmentos preponderantes, foram fator fundamental para que outros estratos conseguissem, embora de forma incipiente, alguns recursos de poder.

Há um dado, neste debate proposto por Elias, que deve ser ressaltado: o embate político

3 Na introdução, escrita para a edição de 1968, de *O processo civilizador*, Elias faz uma crítica substancial à perspectiva teórica de Talcott Parsons (1969). Segundo ele, a análise deste último assenta-se numa espécie de “dissecação [dos fenômenos sociais] por meio de pares de conceitos, que restringem a análise a dois estados antitéticos” (Elias, 1994: 219). Assim, “não surpreende encontrar em Parsons e em muitos outros teóricos modernos no campo da sociologia uma tendência a reduzir processos a estados” (Elias, 1994: 221). A discussão do cientista americano parte da premissa de que há estado de harmonia, estado de conflito, estado de equilíbrio, etc. Desaparece, então, qualquer entendimento processual, uma vez que os processos sociais são reduzidos a estados sociais (Elias, 1994: 220).

4 Será mantida a terminologia camadas superiores e camadas inferiores tais como são empregadas por Norbert Elias ao longo de seu livro *O processo civilizador*.

5 Democratização funcional é aquela que reduz as diferenças de poder entre os estratos sociais em luta por melhores oportunidades e recursos de poder.

entre as diversas camadas dominantes era motivado e motivava, ao mesmo tempo, um padrão de conduta e de personalidade que ia, forçosamente, se modificando rumo a uma maior competitividade que fazia com que os estratos econômicos, comerciais e industriais burgueses fossem aos poucos sendo forçados a lidar também com os conflitos que iam surgindo a partir da atuação de outros segmentos sociais. Vê-se que os deslocamentos de poder dos aristocratas para os burgueses se deram através de processos múltiplos que levaram à interpenetração de condutas, personalidades e padrões de socialização.

A competição dos estratos burgueses com os estratos aristocráticos por fatias maiores de “oportunidades políticas e administrativas” (Elias, 1994: 253) impõem novo *ethos*, novos valores, condutas e atitudes no interior das camadas dominantes. Os aristocratas vão, aos poucos, tomando ciência de que, neste embate, eles não podem, de modo algum, deixar de considerar que as lutas por *status* e poder exigem novas atitudes e condutas. Esse não era, porém, um processo de mão única, já que “a sociedade burguesa profissional assumiu, em tudo o que dizia respeito à conduta social, o ritual da sociedade da corte, mas sem desenvolvê-lo com a mesma intensidade” (Elias, 1994: 253).

Os deslocamentos de poder, nos séculos XVIII e XIX, motivavam mudanças no padrão de comportamento e de conduta que irão refletir tanto nos avanços quanto nos emperramentos distributivos de recursos e oportunidades de poder. Há, então, um enlaçamento de motivos políticos, econômicos, culturais e sociais que levam os indivíduos a desenvolver atitudes mais ou menos propensas a fazê-los aceitar, ou não, as novas formas de luta por *status* e poder. Nesse processamento, é que vão surgindo, de modo nada planejado, atitudes e personalidades capazes de lidar com a ascensão de novos agentes sociais que tentavam encontrar alguma oportunidade de poder. Isto era, para Elias, uma indicação de progresso político, pois se iam redefinindo, não de modo definitivo, mas provisório, as possibilidades de emergência de outras configurações capazes de reivindicar novas posições de poder perante aquelas já mais bem sedimentadas<sup>6</sup>.

As associações de trabalhadores industriais, os sindicatos, as ligas etc. podem ser tomadas como exemplos dessas novas configurações que, nos séculos XVIII e XIX, lutavam para se fixar no espaço político como capazes de demandar melhores condições de vida. Pode-se afirmar, então, que a “divisão da vida humana em esferas profissional e privada” (Elias, 1994: 253), a qual inaugurou uma nova fase do processo civilizacional, foi de grande relevância para o surgimento de outras figuras capazes de disputar oportunidades e chances de poder.

Aquela divisão entre as esferas profissional e privada teria impulsionado, então, a formação de um espaço público que foi sendo potencializado à medida que iam surgindo novas forças sociais com capacidade para reivindicar espaços de poder. Quanto mais essas últimas saem vitoriosas, mais o poder inclina-se favoravelmente para aqueles segmentos que se empenham na luta para fazer com que as suas demandas se fortaleçam na arena política. Todavia, todo esse processo depende, também, do desenvolvimento de um tipo de conduta e de personalidade que somente foi possível com a expansão do controle de emoções e de sentimentos que se beneficiou dessa cisão entre as esferas profissional e privada. A forma de comportamento em cada uma delas é bastante distinta, de modo que as exigências de automoderação dos impulsos na esfera profissional produzem as condições objetivas e subjetivas para que os diversos grupos interdependentes se enfrentem, como forças políticas que possuem interesses distintos, publicamente.

No entanto, antes que houvesse esse embate entre estratos preponderantes e não-preponderantes, estabeleceram-se muitas outras lutas no interior das camadas superiores. O modo de processamento de tais enfrentamentos e, ainda, a forma como tais segmentos resolveram essas disputas criaram modelos de autocontrole, de personalidades e de condutas que tornaram esses estratos mais ou menos suscetíveis às demandas por outro equilíbrio de poder. Pode-se dizer, então, que a análise das lutas por distribuição de poder no interior dos grupos preponderantes fornece elementos para que se entenda o tipo de autocontrole e de

6 O antropólogo Jack Goode (2008) afirma que as análises de Norbert Elias sobre o processo civilizacional são eurocentristas, já que não lança mão, de modo comparativo, de estudos de cientistas sociais de outras partes do mundo. Isto dificultaria a utilização de suas reflexões para pensar outros continentes. Todavia, essa não é a visão de diversos pesquisadores na América Latina, hoje, onde têm surgido vários estudos que indicam as possibilidades de uso dos escritos de Elias para analisar diversas questões. Ver: (Kaplan & Orce, 2009; Kaplan, 2008; Carvalho & Brandão, 2005; Waizbord, 1999). Sobre o Brasil, especificamente, ver: (Gebara, 2005; 2009)



sensibilidade que foi sendo desenvolvido através do embate e do enfrentamento com os outros membros dos estratos superiores. O autocontrole, diante daqueles que desejam subtrair ao menos um pouco do poder que está na mão do grupo ao qual se pertence, é, segundo Elias, um aprendizado social só passível de ocorrer com a expansão de uma sociabilidade capaz de ler corretamente os jogos de interdependência que vão se redefinindo continuamente.

As formas de conduta auto-orientadas estão na base do desenvolvimento das orientações externas voltadas para a aceitação da legitimidade de que outros segmentos sociais empenhem-se para a busca de novos equilíbrios de poder. Por isso, para Elias, a democratização é um processo de transformação global do indivíduo e da sociedade. Não há organização social democrática sem o desenvolvimento da conduta, da personalidade<sup>7</sup> e da atitude democrática.

(...) Quando, no século XIX, aboliu-se a maioria dos privilégios aristocráticos e a Inglaterra, com o aparecimento da classe operária industrial, tornou-se uma nação-estado, o código nacional de conduta do país e o controle das paixões mostraram, com grande clareza, o caráter gradual da solução dos conflitos entre as classes alta e média sob a forma, em curtas palavras, de uma fusão peculiar entre um código de boas maneiras e outro de moral. (...) As ondas de expansão dos padrões de conduta civilizada para uma nova classe fizeram-se acompanhar do aumento do poder social da mesma e da elevação do seu padrão de vida ao da que estava acima, ou pelo menos nessa direção. Classes que vivem permanentemente em perigo de morrer de fome ou serem exterminadas por inimigos dificilmente podem desenvolver-se ou manter essa autodisciplina estável, característica dos tipos mais civilizados de conduta. Para isso é necessário instilar e manter uma agência de superego mais estável, um padrão de vida relativamente alto e um grau bem elevado de segurança (Elias, 1994: 256).

Um dado essencial na discussão sobre democratização posta em *O processo*

*Civilizador* refere-se à possibilidade de distribuição de recursos e de poder que adveio com os processos entrelaçados de mudanças oriundas tanto da elevação dos padrões de vida de segmentos cada vez maiores da população quanto do aumento de uma estabilidade econômica que permitia que um grupo cada vez maior de indivíduos se sentissem seguros para ampliar suas demandas, o que também só ocorreu pelo fato desta maior estabilidade dar-se em vista de um processo crescente de segurança garantida pelo monopólio da força física e da tributação.

Fica evidenciado, então, que a discussão de Elias sobre a distribuição de poder passa por alguns processos-chaves que se entrelaçaram ao longo de alguns séculos. Entre eles, podem ser mencionados: “a lenta elevação dos padrões de vida” de segmentos cada vez maiores, “a maior dependência funcional da classe superior” (Elias, 1994: 256), a crescente divisão de funções, o crescimento da produtividade do trabalho, o desenvolvimento do monopólio da força física e da tributação por um poder central, ou seja, o Estado, e a ampliação, lenta, mas constante, da segurança, o que tornou possível que os indivíduos, mesmo com inúmeras dificuldades e impedimentos, lutassem por melhorias das condições de existência e de oportunidades de poder sem serem exterminados e trucidados pelos grupos mais poderosos.

O aumento da divisão das funções, porém, colocou também maior número de pessoas, e áreas habitadas sempre maiores, em dependência recíproca, exigiu e instilou maior contenção no indivíduo, controle mais rigoroso de suas paixões e conduta, e determinou uma regulação mais estrita das emoções e – a partir de determinado estágio – um autocontrole ainda maior (Elias, 1994: 256).

O comedimento e o controle das paixões vão refletir no modo como as diversas classes passam a se portar no espaço público. Ou seja, as classes preponderantes e as demais tiveram que desenvolver modos democráticos de lidar com as tensões e pressões oriundas das lutas por ampliação das oportunidades de poder e recursos. Assim, para Elias, as mudanças rumo

<sup>7</sup> A discussão de Norbert Elias sobre a impossibilidade de desenvolvimento de sociedades democráticas sem uma sociabilidade capaz de gerar uma personalidade democrática possui proximidades com o debate desenvolvido por Karl Mannheim (1972), com o qual Elias trabalhou na década de 1930.

a melhores equilíbrios de poder estavam estreitamente ligadas ao fato de que as disputas e competições dentro da própria classe, capacitavam as pessoas a agir de forma autocontrolada.

Deduz-se dessa afirmação que nenhum processo de democratização se efetiva se não houver o reconhecimento da necessidade de distribuição do poder entre os diversos segmentos sociais. Em sociedades em que os diversos grupos preponderantes não se sentem interligados, por inúmeras razões, aos demais grupos, há impossibilidade latente de constituição de processos constantes e duradouros de distribuição de poder. Ou seja, sem o desenvolvimento da empatia entre os diferentes grupos não ocorrem deslocamentos e equilíbrios estáveis de poder. A democratização passa pela expansão do sentimento de que há um “*nós-ideal*” voltado para a diminuição dos sofrimentos sociais aos quais estão submetidos os segmentos mais pobres da sociedade. A isso Elias denomina de empatia formadora de um código moral que se assenta na observância de princípios de justiça e de direitos.

A existência de um ideal nacional tem uma função simbólica de grande relevância nos processos de democratização. Discutindo a ascensão de setores industriais, na Inglaterra, como exemplo de um longo percurso de distribuição de poder, ele faz a seguinte afirmação:

Quando as grandes classes industriais, uma após outra, ascenderam à posição de classes dominantes, a imagem que os britânicos tinham de si mesmos como coletividade soberana, como nação, era formada, naturalmente, de acordo com as exigências de um código moral. A esmagadora maioria das pessoas

esperava que até a política externa britânica fosse conduzida de acordo com essas exigências, com os princípios de justiça, direitos humanos e socorro aos oprimidos (Elias, 1997: 155).

A discussão de Norbert Elias a respeito da distribuição de poder assenta-se também sobre a questão da empatia que atravessou todas as suas incursões pelo tema dos processos civilizacionais<sup>8</sup>, sinônimos da mudança do *habitus social*<sup>9</sup> que permite aos seres humanos potencializar constantemente a cooperação e a identificação que sentem em relação aos demais membros da sociedade (Elias, 2006). A distribuição do poder depende inteiramente disso, pois sociedades em que não há identificação e cooperação não há a compreensão de que é legítimo que os diversos grupos sociais reivindiquem um melhor equilíbrio de poder<sup>10</sup>.

Norbert Elias acredita que em parte da Europa, durante muitos séculos, ocorreu um processo de diferenciação social que impulsionou um aumento do poder social dos segmentos intermediários e trabalhadores. Analisando-se, o que ocorreu ao longo de muitos séculos, verifica-se que os setores preponderantes tiveram de conter seus apetites por tudo dominar e decidir segundo seus próprios desígnios e interesses. No decorrer de tais acontecimentos, os contrastes, as tensões e os conflitos não diminuíram, pelo contrário, exacerbaram-se visivelmente; todavia, quando havia um processo de democratização em curso, eles não foram resolvidos de forma violenta, mas sim através de uma conduta civilizada<sup>11</sup>, ou seja, reconhecendo-se a legitimidade das demandas e das reivindicações. Todas as classes estabelecem um compromisso de agir em observância da lei e do direito.

John Markoff, analisando o surgimento dos movimentos sociais nos séculos XVIII e XIX, faz

8 “Pode-se dizer que entre os principais critérios para um processo de civilização estão as transformações do *habitus social* dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável. Sem jamais se libertarem completamente das coações exteriores, as autoações ganham maior autonomia no curso do processo humano de civilização, em contraposição às coações exteriores. A simetria da autorregulação na relação entre todos os seres humanos e em quase todas as situações da vida cresce. (...) Em conexão com a crescente autonomização das instâncias individuais de autorregulação – das quais fazem parte o entendimento e a consciência, o ego e o superego –, amplia-se também manifestamente o alcance da capacidade de um ser humano de se identificar com outros seres humanos, em relativa independência do grupo a que pertençam, e portanto amplia-se também sua capacidade de sentir simpatia por eles. Descivilização significa então uma transformação em direção oposta, uma redução do alcance da simpatia” (Elias, 2006: 24-5)

9 Em Elias, o *habitus social* civilizador é um padrão dominante de autorregulação, autocontenção, autoguiamento e auto-orientação para a observância dos interesses coletivos. Isto não significa que este *habitus* promova o apagamento dos conflitos de interesses. Ele possibilita sim o desenvolvimento de atitudes voltadas para considerar as muitas demandas políticas que vão surgindo em sociedades pacificadas, as quais permitem o surgimento e a expansão de reivindicações sem que os que participam da contenda sejam dizimados pela violência.

10 No Brasil, muitos pensadores sociais (Manoel Bomfim, Fernando de Azevedo, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Raymundo Faoro, Celso Furtado, entre outros) discutiram a necessidade de as classes preponderantes fazerem um esforço, sobre si mesmas, para reconhecer a legitimidade das demandas e das reivindicações dos demais grupos sociais. Em *A dialética do desenvolvimento* (1964), Celso Furtado discute extensivamente isso.

11 O movimento civilizacional foi para Elias caracterizado pelas “ascensões sucessivas de grupos cada vez maiores” a posições de poder (Elias, 1994: 260).



algumas considerações que ajudam a compreender como eles foram parte de um processo de distribuição do poder nos moldes destacados por Norbert Elias<sup>12</sup>. Assistia-se a um gradativo deslocamento do poder, assim como a novos equilíbrios e jogos de força. Para entender por que tais movimentos ganham espaço político é necessário.

Considerar muitas mudanças interligadas: um governo fortalecido, mas um rei enfraquecido; um povo se organizando para afirmar suas reivindicações perante esse governo; uma elite política propensa a demandar que ele governe em nome do povo; melhorias no transporte e relações comerciais interligando povos distantes; inícios de uma alfabetização disseminada e de novos meios de comunicação, levando a que pessoas espacialmente separadas sintam que estão movimentando-se no mesmo ritmo (Markoff, 1996: 45).

### **As repulsas, os conflitos e as tensões presentes nos processos de deslocamento do poder**

Não se deve supor, no entanto, que haja um processamento linear e contínuo de distribuição do poder, ou seja, sem retrocessos e recuos. Todas as tendências de expansão do equilíbrio de poder vêm acompanhadas de repulsão e acirram as tensões e os conflitos<sup>13</sup>. Quanto mais aumenta a autoconsciência dos diversos grupos que se enfrentam na arena política, mais se acirram os enfrentamentos e as rivalidades (Elias, 1994). Os setores que detêm uma maior parcela de poder passam a agir de modo a não possibilitar avanços, dos demais segmentos, ao poder político e administrativo. A cada nova investida, outras barreiras vão sendo erguidas e, assim, outras estratégias devem ser elaboradas pelos grupos que pretendem ampliar suas posições de poder. Isto tudo mostra que não há qualquer linearidade e qualquer irreversibilidade nos processos de democratização.

A reversibilidade dos processos de distribuição do poder é detectável não somente pelas atitudes e condutas dos segmentos preponderantes que desenvolvem uma luta intestina para não perder suas posições de

mando e de decisão, mas também pelo fato de que, muitas vezes, alguns membros dos setores que possuem menos poder, ao ascenderem a determinadas posições, seus “esforço(s) redunda(m) em deformações específicas de consciência e atitude” (Elias, 1994: 258). Essas condições produzem ambivalências profundas no processo de distribuição do poder entre as diversas classes sociais. Norbert Elias alerta que não é possível supor que tais ambivalências só ocorreram nos dois últimos séculos. Analisando o processo de ganho de poder por parte da burguesia ocidental, na fase da sociedade da corte (Elias, 2001), já eram detectáveis as implicações políticas, para a distribuição do poder, do esforço feito pela burguesia para aproximar-se mais e mais do modo de vida e de conduta dos nobres (Elias, 1994).

Quanto mais a sociedade da corte conseguiu isolar-se da burguesia nascente, como ocorreu na Alemanha, mais difícil foi gerar condutas e atitudes capazes de lidar com os desafios que eram postos pela reivindicação de romper com os monopólios autocráticos. Para Elias, na Inglaterra, os “contatos e alianças entre os círculos urbanos burgueses e a nobreza fundiária” (Elias, 1994: 261) forçaram, pouco a pouco, as condições para uma contínua e estável distribuição do poder. O desenvolvimento, entre os setores preponderantes, de comportamentos mais suscetíveis à reivindicação de outros segmentos sociais é condição fundamental da democratização. Quanto mais isolados e indispostos para responder às demandas sociais de outros segmentos, maiores são as dificuldades de construção de novos equilíbrios de poder. A forte interpenetração de interesses entre a nobreza e a burguesia francesa impôs padrões de interdependência e interpenetração que favoreceu, nos séculos posteriores, melhores equilíbrios e melhor distribuição de poder naquele país. Isso não significa, de modo algum, que as sociedades pré-industriais eram democráticas.

No livro *A sociedade da corte*, Elias afirma que, “nas sociedades pré-industriais<sup>14</sup>, a desigualdade na distribuição dos centros de poder é muito grande em relação à que existe nos Estados nacionais desenvolvidos (...). A (...) desigualdade na distribuição das chances de poder” (Elias, 2001: 267) era gritante, já que a

12 Charles Tilly (2010) esclarece, ao longo da história, a importância dos movimentos sociais neste processo de redistribuição do poder.

13 Norbert Elias utiliza a palavra repulsa para assinalar os atos de repelir fundados em sentimentos de aversão e de relutância a quaisquer processos de redistribuição do poder.

14 “A sociedade de corte é um exemplo de elite monopolista pré-industrial” (Elias, 2001: 267).

maioria da população não era nada mais que servidores. Todavia, não se deve supor, e isto fica evidenciado quando é analisada a situação da França, que as chances de uma melhor distribuição de poder não são derivadas somente do período pós-industrialização, pós-comercialização e pós-urbanização.

“(…)O início desse deslocamento do equilíbrio [de poder] não se situa no período de democratização evidente que se seguiu à industrialização, mas que uma democratização latente já se observava, sob uma forma ainda rudimentar, nas sociedades do *Ancien Régime*, isto é, no período de mercantilização que precedeu a industrialização” (Elias, 2001: 267).

A tese de Norbert Elias de que a análise de longa duração revela um período de latência da democracia - isto porque estavam se delineando caminhos por onde fluíam melhores chances de poder que possibilitaram a alguns grupos lutar para que fossem estabelecidos outros equilíbrios entre algumas forças sociais - refuta as discussões que dão centralidade somente aos “deslocamentos explosivos da distribuição de poder” (Elias, 2001: 267) que ocorreram através de alguns processos revolucionários tais como a revolução francesa, de 1789. Isto porque “só é possível compreender tais conflagrações violentas quando prestamos atenção nos deslocamentos do equilíbrio de poder de longa duração” (Elias, 2001: 267).

Houve, então, neste caso francês, duas fases bem delineadas: uma de latência, na qual a “distribuição social das chances de poder” (Elias, 2001: 267) ocorreu de maneira lenta e só perceptível se a análise reconstruir detalhes particulares das lutas e embates estabelecidos entre os séculos XII e XVIII. A outra fase da busca por outra forma de distribuição do poder foi denominada, por ele, de aceleração, conforme pode ser verificado na revolução francesa. Esta última não pode ser examinada senão à luz do período de latência que foi, paulatinamente, construindo as possibilidades de surgimento da fase de aceleração de outro padrão de distribuição e equilíbrio de poder. Por isso, para Elias, o problema sociológico-chave é o seguinte: “Em que circunstâncias um deslocamento de poder de longa duração, no âmbito de uma sociedade estatal, leva a uma ação violenta contra

os detentores do monopólio da violência física?” (Elias, 2001: 268).

Não é adequado construir uma resposta centrada na ideia de que tudo se explica através da luta entre nobreza e burguesia. Na base dessa afirmação equivocada está a “confusão de nível social com poder social” (Elias, 2001: 268). O que isso significa, exatamente? A nobreza era o grupo que ocupava o nível social mais alto, o que não queria dizer que ela detinha em suas mãos todo o poder. “Na corte real francesa (...) [durante o *Ancien régime*] nível social e poder social não coincidiam mais” (Elias, 2001: 268). Portanto, denominar a nobreza como grupo dominante é errôneo. “Um ministro como Colbert, cuja origem burguesa ninguém esquecia (...) tinha à sua disposição chances de poder incomparavelmente maiores do que as da maioria dos membros da aristocracia da corte” (Elias, 2001: 268).

Esse período de latência de uma redefinição mais efetiva da distribuição do poder tem de ser estudado em vista da estrutura de tensão que vai se formando em torno dos jogos configuracionais que podem funcionar como produtores tanto de equilíbrios quanto de exaltação dos conflitos. São diversos os eixos de tensão que vão se interpenetrando de modo a produzir tensões novas sem resolver as antigas. Isto se dá porque “a corte é um complexo de grupos de elite interdependentes” (Elias, 2001: 269) com muitos pontos de tensão, de equilíbrio e de rivalidade.

Norbert Elias destaca que as lutas, dos diversos grupos, por melhores chances de poder devem levar em conta não somente os embates estabelecidos por aqueles que são destituídos de qualquer posição ou chance de poder, mas também os conflitos, rivalidades e tensões que se estabelecem no interior daqueles segmentos que possuem poder e/ou gravitam em torno dos que possuem poder de mando e decisão. Por isso, não se pode imaginar que a revolução francesa foi um golpe somente contra a nobreza nas suas diversas vertentes. Ela foi um duro golpe também contra os estratos da burguesia que tinham privilégios neste jogo de alianças que se estabeleceu durante o antigo regime. “Muitas instituições do *Ancien Régime* que soçobraram na tormenta já não tinham, desde muito antes da Revolução, nenhuma função para a sociedade de Estado nacional que se formava sob a superfície do regime” (Elias, 2001: 271).

Destaque-se que em *A sociedade da corte* (2001), há elementos fundamentais para



entender o intrincado processo de redefinição das chances de poder maiores ou menores que os grupos (segmentos diversos da nobreza, da burguesia nascente e, posteriormente ao século XVIII, dos trabalhadores, entre outros) vão construindo paulatinamente desde o século XVI. As dificuldades de democratização das chances do poder, no século XVIII, deviam-se tanto às alianças de poder que empurravam para longe qualquer possibilidade dos trabalhadores e setores intermediários da burguesia obterem mais chances de poder quanto ao modo como se organizavam as “elites dominantes que [estavam] aprisionadas nos antagonismos de suas tensões como em uma armadilha” (Elias, 2001: 271).

Vê-se, então, que, numa análise de longa duração, as dificuldades de democratização pode inscrever-se no modo como as elites dominantes reagem à reivindicação de melhores chances de poder por outros grupos. Se elas se empenham em enfeixar em suas mãos todas as formas possíveis de barrar outros grupos de toda e qualquer oportunidade de poder, tem-se aí a exacerbação das dificuldades de redefinir outros equilíbrios de poder. Os grupos preponderantes podem construir armadilhas, nas quais eles próprios ficam presos, e pelas quais se nega qualquer possibilidade de redefinição do peso de cada grupo nas configurações (Estado, instituições políticas e governamentais de modo geral) de poder. Tais procedimentos atingem não só os grupos que formam as configurações de poder, mas, principalmente, aqueles que estão alijados das esferas de mando e decisão<sup>15</sup>. Assim, as elites que monopolizam posições privilegiadas podem, muitas vezes, permanecer “congeladas no equilíbrio de tensões” (Elias, 2001: 271) que vai se consolidando em razão das tensões multipolarizadas e das impossibilidades de qualquer recuo por parte dos diversos grupos que se situam no campo do poder. Há um campo gravitacional que coage os indivíduos a lutar incansavelmente para manter posições de prestígios, privilégios e acesso a recursos e oportunidades de poder.

Quando, no curso do desenvolvimento de longa duração de uma sociedade, as forças sociais de suas diversas

camadas e grupos se deslocam de tal modo que grupos relativamente mais fracos, até então excluídos do acesso ao controle do monopólio central – sobretudo ao controle do monopólio do exercício da violência física e da arrecadação de impostos – tornam-se socialmente mais fortes em reação às camadas até então privilegiadas, existem no fundo apenas três possibilidades de resolver os problemas surgidos de tal alteração do equilíbrio de poder. A primeira é a admissão institucionalmente regulada, como parceiros das elites monopolistas, de representantes dos grupos sociais que se fortalecem em relação à posição de poder e de decisão que proporciona o controle do monopólio do poder. A segunda é a tentativa de imobilizar os grupos que se fortaleceram em sua posição subordinada com concessões, principalmente econômicas, mas sem acesso ao monopólio central. A terceira se baseia na incapacidade das elites privilegiadas, condicionadas socialmente, de perceber que as relações sociais se alteraram, e com elas as relações de poder<sup>16</sup> (Elias, 2001: 272-3).

Todas as vezes que não apresentam qualquer disponibilidade para fazer concessões àqueles grupos que obtiveram algum tipo de fortalecimento social, as elites expandem as formas de barrar qualquer deslocamento de poder. Isso significa, obviamente, emperramentos nos processos constituidores de avanços democráticos.

### **Padrão de personalidade e refutação de processos de democratização**

Conforme foi rapidamente exposto anteriormente, Norbert Elias considera essencial, nos estudos sobre os processos de democratização, analisar as estruturas de personalidade dos membros de uma sociedade-Estado. Há padrões de organizações sociais que incentivam o desenvolvimento de

<sup>15</sup> No Brasil, Celso Furtado (1964; 1992) e Raymundo Faoro (1989) se dedicaram intensamente a demonstrar como as configurações de poder dominantes emperravam uma melhor distribuição de poder tanto entre os diversos segmentos das elites quanto entre os demais segmentos sociais.

<sup>16</sup> Norbert Elias (2001) afirma que no período pré-industrial, até mesmo na França, os grupos que monopolizavam posições de poder geralmente eram levados, pelas coerções, tensões e rivalidades, para o terceiro caminho.

personalidades autoritárias destituídas da possibilidade de desenvolver e exercer auto-coação. Há, neste caso, uma dependência de formas de coerção externa. Quando mais os indivíduos mostram-se dependentes de coações vindas de fora, mais se detectam dificuldades para formação de sistemas políticos democráticos.

A severidade com que se controla e/ou se desarma e impede a participação dos vários estratos sociais nas disputas pelas chances de poder leva a impedimentos profundos de formação de uma personalidade capaz de lidar democraticamente com os conflitos, tensões e rivalidades. Em sociedades dominadas por déspotas e/ou qualquer espécie de caudilho, há emperramentos profundos na estrutura de personalidade dos governados, visto que estes acabam sucumbindo aos impedimentos de formação de opinião e de autocontrole diante dos desafios postos pelos processos de deslocamentos do poder<sup>17</sup>. Em situações autoritárias, policiaescas e caudilhistas verifica-se que mesmo as eleições, quando as há, estão controladas emocionalmente.

Em processos de transição para situações democráticas, verifica-se que sair de situações políticas despóticas e/ou caudilhistas é por demais demorado, pois é necessário o transcurso de gerações para “que as estruturas da personalidade se adaptem com êxito à forma não-violenta de disputa partidária” (Elias, 1997: 44). Norbert Elias destaca, no texto *Processos de formação de Estados e construção de nações* (2006b), que independentemente dos descontentamentos atuais (final do século XX) com os partidos, no que diz respeito a sua pouca representatividade de interesses mais amplos, não se pode deixar de considerar sociologicamente que os partidos - enquanto agrupamentos políticos dotados de regularidade - fazem parte dos avanços civilizacionais em curso nos séculos XIX e XX.

Efícazes ou não, os partidos são sintomáticos de um estágio do desenvolvimento das sociedades no qual a integração da população do Estado se tornou maior e não é mais possível adotar medidas que digam respeito às vidas dos habitantes de um

país sem recorrer a canais regulares de comunicação entre os tomadores de decisão e os que são afetados por elas. O equilíbrio de poder entre grupos com acesso a posições que os tornam capazes de adotar resoluções sobre as vidas dos outros e grupos com pouco ou nenhum acesso a essas deliberações não é mais tão pouco frequente quanto nos estágios anteriores de desenvolvimento social. A reciprocidade da dependência entre governo e governados, embora ainda inconstante e desigual, tornou-se menos errática do que costumava ser. Em diferentes países, o equilíbrio entre os partidos é um indicador bastante preciso do equilíbrio total de poder e de suas flutuações (Elias, 2006b: 163).

Levam, geralmente, alguns séculos para a formação de procedimentos políticos e de uma estrutura de personalidade capazes de lidar democraticamente com as reivindicações de poder que vão surgindo de diversas partes da sociedade. Norbert Elias destaca, até mesmo, que as sociedades somente se constituem em nações quando há uma completa interdependência entre os diversos segmentos sociais e, também, entre “seus níveis hierárquicos de autoridade e subordinação” (Elias, 2006b: 163). Só existe enquanto nação aquelas sociedades em que as inter-relações de reciprocidade possibilitam que os governantes, as autoridades e os demais setores preponderantes ajam sempre considerando “o que os outros pensam, sentem ou desejam” (Elias, 2006b: 163).

O governo chefiado por líderes de partidos e a adoção de ideologias elaboradas para convencer a massa da população de que se pretende a melhoria das suas condições e o avanço do bem-estar da nação são sinais da pronunciada mudança no equilíbrio de poder entre os governantes e governados (...). Não há dúvida de que mesmo os Estados-nação industriais contemporâneos mais avançados ainda estão nos primeiros estágios desse processo (Elias, 2006b: 163).

<sup>17</sup> Wanderley Marchi Júnior (2008: 177) afirma que é possível “entender em Elias o potencial de poder como uma conquista acumulada em larga duração, fruto do desenvolvimento das interações nas diversas configurações”.



Observe-se que, diante de tal constatação, Elias afirma que não fará qualquer previsão acerca do futuro e dos caminhos que tais processos seguirão nos séculos vindouros. No que tange à questão da possibilidade de que ocorram melhores equilíbrios de poder, nos países europeus, no século XXI, seria interessante comparar as análises de Elias com as de Bauman (2000) que sustentam haver enormes dificuldades de desenvolvimento tanto de procedimentos políticos quanto de estruturas de personalidades voltadas para lutar contra a desertificação do espaço público. As reflexões de Bauman sustentam que cada vez mais há impossibilidade de que as sociedades se mantenham como nações, já que as relações de interdependências e de reciprocidades, entre os diversos grupos, estariam mingando dia a dia. A sociedade de risco seria, então, avessa a qualquer possibilidade de que os que possuem poder ajam levando em consideração o que desejam e reivindicam os destituídos de qualquer poder.

Norbert Elias destaca que a formação dos estados-nações é um processo que ainda está em curso. Somente um estudo detalhado, a longo prazo, pode verificar como estão se dando as muitas “relações de poder mutantes entre os diferentes grupos sociais” (Elias, 2006b: 164) e como elas indicam, ou não, surtos de integração, desintegração e/ou reintegração dos Estados-nação. Ao analisar-se o processo de formação dos estados, diz Elias, é possível constatar que as aproximações entre o Estado e a nação podem ser “um tipo específico de integração” (Elias, 2006b: 164). Se o formato Estado-nação for uma das fases da formação dos estados, concluí-se, então, que é possível, futuramente, que ocorra a dissociação entre eles, conforme vem alertando Bauman.

Todavia, Elias insiste que as análises sociológicas não devem supor, de modo algum, “que o indivíduo está aqui e a nação ali” (Elias, 1997: 143), pois isto pode levar a um entendimento equivocado de que o indivíduo e a nação “são entidades separadas no espaço” (Elias, 1997: 143). Ele refuta tais equívocos com a seguinte afirmação: “Como as nações consistem em indivíduos, e os indivíduos que vivem nas mais desenvolvidas sociedades-estados do século XX pertencem, na grande maioria dos casos, de forma inequívoca, a uma nação, uma conceituação que evoque a imagem

de duas diferentes entidades separadas no espaço, como mãe e filho, não se ajusta aos fatos” (Elias, 1997: 143).

É interessante observar que Norbert Elias, em *Os Alemães*, sugere que o entendimento deste processo de inter-relação e interdependência entre o Estado e a nação deve ser pensado em vista dos mecanismos de autocoação que estão se desenvolvendo durante um longo período de tempo. A autorregulação (entendida como o controle dos interesses e apetites individuais em favor dos interesses coletivos) está na base da ligação dos indivíduos com a coletividade e é o resultado de um processo civilizacional que indica a possibilidade de abertura de caminhos democráticos que são pavimentados sobre a crescente empatia que os habitantes de um país sentem pelos outros que pertencem a condições sociais muito distintas das suas. Elias menciona, muitas vezes, os estudos de Durkheim que sustentavam que, nas sociedades menos diferenciadas, as ligações emocionais dos indivíduos com a coletividade eram muito mais facilmente perceptíveis, já que elas “cristalizavam-se e organizavam-se em torno de figuras e imagens de deuses e ancestrais. (...) [Eram] símbolos impregnados de emoção de um nós-grupo” (Elias, 1997: 139).

Nas sociedades organizadas como estados-nações, nos séculos XIX e XX, pergunta Elias, como criar laços afetivos entre milhões de indivíduos que vivem num mesmo país? Quais seriam as razões de seus entrelaçamentos? De suas relações de interdependência? Laços afetivos significam aqui um longo processo de geração de empatia pelo diferente. Elias afirma que a identificação com os semelhantes, com os que pertencem aos mesmos grupos sociais não é nenhuma novidade. Tal identificação é comum e recorrente. Não o é, porém, o desenvolvimento de um sentimento empático entre aqueles que são pertencentes a grupos sociais, completamente diferentes. Para ele, só pode haver democratização de uma dada sociedade se houver um crescente sentimento de identificação com os segmentos que vivenciam todos os tipos de agruras por serem destituídos de qualquer oportunidade e recursos de poder.

As enormes dificuldades, nas sociedades industriais avançadas do século XX, de

geração de estruturas de personalidades democráticas estão ligadas ao fato de que, para a grande maioria das pessoas, as interdependências são imperceptíveis. Ocupar-se, assim, de algo coletivo da sociedade como um todo pode parecer, a muitas pessoas, como algo totalmente descabido. A democracia, como um valor fundado na distribuição de oportunidades e recursos de poder, acaba não fazendo sentido para muitos indivíduos que nem sequer desenvolvem vínculos emocionais com a coletividade da qual fazem parte. Uma sociedade fundada no desprezo, no descaso para com o outro possui enormes dificuldades de impulsionar novos equilíbrios e nova distribuição de poder.

A democratização da sociedade pressupõe, nas discussões de Elias, que as barreiras, erguidas entre os grupos que possuem recursos e oportunidades diferentes de poder e os que nada possuem, sejam aos poucos diminuídas em vista não da extinção dos conflitos e tensões, mas sim em razão de novos equilíbrios de poder que vão surgindo. Se tais barreiras permanecerem sempre irremovíveis, mantém-se alta a impossibilidade de desenvolvimento de uma estrutura de personalidade democrática e, portanto, de procedimentos, em todas as esferas da vida social empenhadas em construir um melhor equilíbrio de poder.

Ao refletir sobre as lutas que visam impulsionar ou estancar processos democráticos, Norbert Elias, traz para as análises sociológicas, algumas questões essenciais. Entre elas, merece destaque o fato de que, segundo ele, nas sociedades-estados do século XX, havia uma latente contradição entre os códigos e normas acalentadores das disposições para um agir em prol dos interesses coletivos e os códigos e normas que potencializam as atitudes (entendidas como a disponibilidade para agir) voltadas para os valores individuais. Isso não significa que estes sejam somente valores egoísticos, mas podem ser também valores fundados num código humanista voltado para a valorização do ser humano individual. Essa contradição assenta-se na própria consciência das pessoas. Elas são, na verdade, portadoras de uma consciência dupla, ou seja, tanto da necessidade de agir em prol da Sociedade-Estado quanto do ser humano individual.

Muitos conflitos, no decorrer do século XX, trazem no seu bojo essa tensão entre as

disposições mais coletivistas e as disposições mais individualistas. No entanto, o segredo está no modo como as diversas nações lidaram com essas tensões. Cada uma lidou, a seu modo, com os conflitos entre tais disposições, o que levou tanto ao estabelecimento de compromissos pragmáticos entre diversos grupos, como foi o caso da Inglaterra, quanto à possibilidade de exacerbar-se uma consciência de superioridade étnica ou racial de um povo sobre os demais, como foi o caso da Alemanha sob o nacional-socialismo.

As nações, que lidam com os conflitos e as tensões de modo pragmático, possuem muito mais chances de operar uma maior distribuição e equilíbrio de poder. Para exemplificar esse seu entendimento, ele faz a seguinte afirmação:

No século XIX, a moralização da imagem da Grã-Bretanha como Estado e como nação estava começando a ser reconhecível, como um corolário, primeiro, da ascensão ao poder de setores das classes médias industriais e, um pouco depois, de sua ascensão à posição de uma classe dirigente. E no século XX, sobretudo depois da I Guerra Mundial, quando sua ascensão à posição de uma classe dirigente dominante estava quase concluída e setores das classes trabalhadoras passaram a ocupar a posição de uma classe dominante secundária, a moralização da imagem inspiradora do Estado e da nação, bem como a nacionalização da imagem das classes médias e, com um certo intervalo de tempo, da classe trabalhadora, ficaram solidamente estabelecidas (Elias, 1997: 154).

Deve-se, perguntar, por fim, por que, conforme Norbert Elias, para pensar os processos de democratização e/ou de impossibilidades de alcançá-los era fundamental entender as razões que impedem o “ajustamento entre estruturas políticas e estruturas da personalidade” (Elias, 1997: 261)? Segundo ele, uma estrutura de personalidade ajustada a um regime autoritário.

Admite grande margem para a presteza da pessoa individual em aceitar



ordens, para consentir em ser guiada por coações externas. Ao cidadão é poupado, portanto, o pesado fardo de ter de participar em debates com pessoas de diferentes opiniões. O governado não precisa decidir a favor de um ou de outro lado. A ordem vem de cima: a decisão foi tomada. Sob um regime desse tipo, a pessoa individual ainda permanece num status semelhante ao de uma criança em reação ao Estado. (...) A estrutura da personalidade da pessoa individual pode ser adaptada a uma hierarquia de comando e obediência: mas, a fim de se assegurarem a tal respeito, os governantes autocráticos recorrem usualmente ao seu direito irrestrito de dispor do monopólio estatal da força, para criar o aparelho de vigilância mais rigoroso possível, um aparelho de coação externa capaz de garantir que o indivíduo não se extravie<sup>18</sup>. (Elias, 1997: 262).

Em síntese, um regime autoritário exige uma estrutura de personalidade mais simples, enquanto que um regime democrático, multipartidário e fundado na necessária administração de muitas tensões e conflitos, exige uma estrutura de personalidade muito mais complexa, já que ela tem de estar disposta a lidar com os enfrentamentos e com os conflitos levando em conta as diferenças. Não há possibilidade de construir processos distributivos de poder se não houver caminhos pelos quais os indivíduos possam manifestar-se livremente e ser capazes de aceitar a derrota de suas posições e propostas. Uma estrutura de personalidade democrática é aquela capaz de autorregular-se, de autoguiar-se, de auto-orientar-se nos embates com pessoas e grupos diferentes. A participação nos embates públicos não é concebida como um fardo, mas sim como parte de um processo de tomada de decisão em que se devem considerar os feixes de tensões que atravessam cada passo dado em favor de estruturas políticas mais democráticas<sup>19</sup>.

### Considerações finais

Norbert Elias afirma que o que define um processo de democratização enquanto tal é o fato de que “os diferenciais de poder” (Elias, 1997: 45) declinam. Se não ocorrer este declínio é porque não se tem, de fato, a emergência de outra forma de distribuição de poder. A diminuição dos diferenciais de poder não quer dizer, necessariamente, que haja diminuição considerável das diferenças sociais. Significa, sim, que está em curso um novo equilíbrio de poder entre os diversos segmentos sociais.

Aos olhos de alguns segmentos sociais, determinados acontecimentos políticos (uma transição política, uma liberalização que promova mudanças institucionais significativas, uma descompressão do poder político que até então estaria nas mãos de forças autoritárias, além de outras) podem parecer uma oportunidade para que seja instaurado um processo de democratização. Todavia, nem sempre as coisas se passam dessa maneira, pois os estratos que tentam novos equilíbrios de poder podem não possuir recursos de poder suficiente para buscar uma melhor distribuição de poder.

Enfim, sociedades que têm dificuldades de gerar novas oportunidades de poder - visto que todas as tensões ganham um caráter imobilizador em razão de os segmentos preponderantes sentirem-se completamente apavorados e indispostos a reconhecer as demandas, daqueles que são destituídos de qualquer recurso de poder – fortalecem sempre as dificuldades de geração de ações que levem à democratização. O próprio descumprimento da Carta Constitucional pode ser tomado como uma operação que se assenta sobre as impossibilidades de gerar novas oportunidades de poder. Alguns segmentos sociais monopolizam, de diversas maneiras políticas e administrativas, posições de poder que os colocam em condições de estreitamento dos caminhos capazes de levar a uma nova distribuição dos recursos de poder.

A obra de Norbert Elias pode ajudar a compreender debates de grande importância

<sup>18</sup> É interessante observar que a ditadura militar no Brasil empenhou-se, através das estratégias psicossociais gestadas pela Escola Superior de Guerra (ESG), numa denominada, pelos próprios dirigentes, guerra total que tinha como objetivo ajustar a estrutura de personalidade dos brasileiros às estruturas políticas autoritárias em vigor. Sobre isso, ver: (Rezende, 2001).

<sup>19</sup> No Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (1987) fez diversas discussões sobre as dificuldades de implementação da democracia no país. Para ele, o horror que os brasileiros têm ao conflito e ao enfrentamento vinha implodindo, cotidianamente, as nossas chances democráticas. O horror ao conflito pode manifestar-se, segundo ele, de diversas formas. Através do mais tosco autoritarismo e também através de formas autoritárias dissimuladas em cordialidade, personalismos e jogos de proximidades diversos.

estabelecidos no Brasil por Raymundo Faoro (1989) e Celso Furtado (1964) no que tange à conjuntura da década de 1950 e início de 1960, no país. As organizações de alguns segmentos sociais das classes trabalhadores levaram à construção, por parte dos setores preponderantes, de barreiras cerceadoras da crescente potencialidade política de setores que, até então, reivindicavam novos equilíbrios de poder. Assinale-se que, em Norbert Elias, democratização é sinônimo de distribuição de poder. É, portanto, a redução das diferenças de poder entre os diversos estratos sociais e entre governantes e governados.

### Referências Bibliográficas

- Bauman, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2000.
- Carvalho, Alonso B. de e Brandão, Carlos F. *Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Norbert Elias*. São Paulo, Avercamp, 2005
- Elias, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- Elias, Norbert, *A sociedade dos indivíduos*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1994
- Elias, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1997.
- Elias, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- Elias, Norbert. O sociólogo como destruidor de mitos. In *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1999.
- Elias, Norbert. Tarde demais ou cedo demais: notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração. In *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001 P. 144-163.
- Elias, Norbert. *A sociedade da corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- Elias, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais: civilização, figuração, processos sociais. In Neiburg, F. e Waisbort, L. (orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006. P.21-33.
- Elias, Norbert. Tecnização e civilização. In Neiburg, F. e Waisbort, L. (orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006a. P.35-67.
- Elias, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In Neiburg, F. e Waisbort, L. (orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006b. P.153-165.
- Elias, Norbert. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In Neiburg, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006c. P.197-231.
- FANFANI, Emilio Tenti. Lecciones sociológicas de Norbert Elias in Kaplan, Carina y Orce, Victoria (Coords). *Poder, prácticas sociales y proceso civilizador: los usos de Norbert Elias*. Buenos Aires, Noveduc, 2009. P.13-24.
- Faoro, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- Furtado, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- Furtado, Celso. Brasil: A construção interrompida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- Gebara, Ademir. Em torno da questão cultural e da educação: os processos civilizadores. In Carvalho, Alonso B. de e Brandão, Carlos F. *Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Norbert Elias*. São Paulo, Avercamp, 2005. P.105-118.
- Gebara, Ademir. Civilización y descivilización en América Latina: el caso brasileño. In Kaplan, C. y Orce, V. (coords.) *Poder, prácticas sociales y proceso civilizador: los usos de Norbert Elias*. Buenos Aires, Noveduc, 2009. P.25-32.
- Goody, Jack. *O roubo da história*. São Paulo, Contexto, 2008.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1987.
- Kaplan, Carina (org.) *La civilización en cuestión: escritos inspirados en la obra de Norbert Elias*. Buenos Aires, Nino y Dávila, 2008.
- Kaplan, Carina y Orce, Victoria (Coords). *Poder, prácticas sociales y proceso civilizador: los usos de Norbert Elias*. Buenos Aires, Noveduc, 2009.
- Mannheim, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
- Marchi Jr., Wanderley. Norbert Elias y Pierre Bourdieu: redimensionando as posibilidades de aproximaciones teóricas In Kaplan, Carina (org.) *La civilización en cuestión: escritos inspirados en la obra de Norbert Elias*. Buenos Aires, Nino y Dávila, 2008. P. 169-187.



Markoff, John. *Waves of democracy: social movements and political change*. Thousand Oaks, Calif, Pine Grove Press, 1996.

Parsons, Talcott. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparadas*. São Paulo, Pioneira, 1969.

Rezende, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de*

*legitimidade*. Londrina, Eduel, 2001.

Tilly, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.3, p.133-160, jan-jul. 2010.

Waizbort, Leopoldo (org.) *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo, Edusp, 1999.